



Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Práticas Colaborativas da OAB SP.

Aos 31 dias do mês de julho de 2020, às 10 horas, realizou-se reunião ordinária da Comissão Especial de Práticas Colaborativas, via plataforma digital Google Hangouts Meet.

Participaram da reunião os seguintes Membros:

1. Adolfo Braga Neto
2. Adriana barone
3. Agenor Lisot
4. Ana Paula Gimenez
5. Andrea Bussab Paternost
6. Caco Santos
7. Carolina Morsch
8. Cassio Bernardes
9. Célia Caiuby
10. Débora Pinho
11. Edith Aschermann
12. Fabiana Aidar
13. Fabricio Giacomini
14. Felícia Zuardi
15. Fernando Catellan
16. **Julia Garcia (Secretária-Geral)**
17. Juliana Polloni
18. Laura Zuppo
19. Livia Caetano
20. Luciane Costa
21. Maria Gouvea
22. Marilda Goldfeder
23. Marisa Santos
24. Miriam Bobrow
25. **Monica Gama (Presidente da comissão)**
26. Monique Moskowicz
27. Sandra Fantini
28. Silvana Dias
29. Vanessa Stringher
30. Vivane Paladino
31. José Mangini

Foram abordados os seguintes assuntos:

- 1) Pitch de Felícia Zuardi sobre o tema: "Práticas Colaborativas no ambiente virtual";
- 2) Datas dos próximos eventos da Comissão: 18/08 – Rodas de Mediação e Colaboração com o convidado Spencer Toth Sydow – Presidente da Comissão de Direito Digital (evento em parceria com a Comissão da Advocacia na Mediação e Conciliação) e demais eventos já planejados;
- 3) Cartilha de Práticas Colaborativas: o que foi feito e próximos passos.
- 4) Notas técnicas: honorários;
- 5) Produção de material: artigos – textos - vídeos;
- 6) Grupos de Estudos: implementação;
- 7) Ideias para segundo semestre de 2020/primeiro semestre 2021 – brainstorming com os membros;
- 8) Demais assuntos de interesse;
- 9) Encerramento



A abertura da reunião foi feita pela Presidente da Comissão, Mônica Gama, que deu as boas-vindas a todos, apresentou a Felícia Zuardi aos presentes, como advogada colaborativa, docente do IBPC, e passou a palavra para a mesma iniciar a sua exposição.

Felícia iniciou sua fala, levantando uma reflexão sobre o que é necessário para passarmos a trabalhar em ambiente virtual.

Sobre isso, informou que, por meio da pesquisa sobre trabalho por plataforma de videoconferência, que levantou com os integrantes do grupo da Comissão, é massivo que os meios eletrônicos são amplamente conhecidos.

Felícia ressaltou a importância da etiqueta e dos padrões de conduta para atuar por videoconferência, bem como os cuidados que nós, enquanto profissionais, precisamos ter para adequar os atendimentos aos nossos clientes, além dos cuidados que precisamos que eles tenham para que o trabalho funcione da melhor forma possível.

Nesse sentido, foi levantado o seguinte questionamento: o seu cliente entende que a reunião deve ser protegida? como se comprometer para garantir que esses cuidados especiais sejam tomados?

Esse ponto de confidencialidade deve ser muito bem combinado, mas aonde? No Termo de participação? Em reunião de equipe?

Felícia encerrou seu pitch destacando que temos uma prática, um método que tem a característica de humanizar o processo de resolução de conflitos e pensar nas multifacetadas. Então, mesmo “online”, precisamos trabalhar com o cuidado de perceber que existe um ser humano por trás da tela e não é essa mesma tela fria que vai nos separar deles.

Monica parabenizou Felícia e comentou sobre um evento que a Comissão está planejando fazer com ela e com a Comissão de direito digital.

Foi aberta a possibilidade de perguntas à Felícia e após adentrarmos ao restante da pauta da reunião.

A Presidente comentou sobre a criação dos grupos de trabalho e estudos da Comissão que estavam sendo formados e passou a palavra para o Fabricio.



Fabricio tratou da importância dos grupos de estudos e colocou que a ideia é criar um grupo de estudos aqui em SP na área civil e empresarial, assim como tem um no RJ, sendo os encontros mensais, das 10h às 12h. Comentou sobre uma reunião prévia realizada entre alguns membros, para tratar de assuntos pertinentes e possíveis datas para os encontros, que coadunem com as datas dos outros grupos de estudos existentes no Brasil.

Ressaltou que como a previsão é de que aconteçam 4 reuniões para esse ano, sendo a primeira em 17/08, gostaria de aproveitar para estudar alguns capítulos do livro da Nancy, que trabalham o desenvolvimento da equipe, pensando também em receber novos integrantes, especialmente pelo canal da OAB.

Além disso, o planejamento é de que haja discussão de conceitos práticos, estudos de casos, por exemplo, relacionados à negociação de aluguel, assuntos voltados pra situação atual da pandemia.

De volta à palavra, a Presidente esclareceu melhor o procedimento de formalização do grupo de estudos junto à OAB, destacando que para ter a participação da instituição na divulgação, teria que ser feita uma subcomissão, com aprovação da diretoria e da comissão afim.

Mais uma vez, ressaltou a importância da atuação das comissões em conjunto, para que as outras comissões conheçam o trabalho das Práticas.

Apesar de não podermos fazer a divulgação por meio da OAB nesse primeiro momento, esclareceu que a divulgação pode ser feita por nós mesmo com os nossos contatos para trazer novas pessoas interessadas.

Sobre os grupos de estudos, Carolina Morsch, advogada colaborativa do RJ, comentou sobre a vinda da Sherrie Abney para o Brasil pelo grupo de estudos da área cível/empresarial do RJ.

Concedida a fala ao Fernando Catellan, coordenador do grupo de estudos sistêmicos nas Práticas Colaborativas da nossa Comissão, ele falou sobre suas ideias de trabalho para o grupo.

Falou da competência das subcomissões, esclarecendo que os integrantes não vão fazer a mesma coisa que a Comissão de Direito Sistêmico faz. A ideia é estudar a filosofia e os ensinamentos de Bert Hellinger, aplicados às



Práticas Colaborativas, ou seja, como os membros da equipe colaborativa podem trabalhar a partir de uma postura sistêmica.

Esclareceu também que a intenção não é ensinar a constelar, por exemplo, e sim dar uma nova visão, agregar ao trabalho do profissional colaborativo.

Fernando destacou que esse grupo, diferente do grupo do Fabricio, não tem experiência anterior (como o grupo de estudos nas áreas cível/empresarial do RJ), então, será construído em conjunto com os membros interessados e quem tiver interesse, para se manifestar no grupo.

O planejamento é de que as reuniões aconteçam de forma mensal (primeira reunião será em 13/08 às 18h) e serão voltadas ao estudo do livro “Amor do espírito”, de Bert Hellinger, complementado com a autobiografia do próprio Bert.

A Presidente retomou a palavra, comentou sobre uma palestra do FONAME que ocorreu em 30/07/2020, com Renata Ferrara, Alessandra Bonilha e Juliana Polloni, sobre a Mediação Extrajudicial na visão do advogado, como é a postura do advogado na mediação, o quanto o advogado tem que conhecer da mediação para indicar esse método para o cliente.

Nesse sentido, destacou que quem tem a formação e interesse pela mediação, pelo direito sistêmico e pela filosofia do Bert hellinger, tem uma sinergia muito grande com as práticas colaborativas e um perfil muito forte de profissional colaborativo, sendo muito interessante ter esse conhecimento.

Sobre um grupo de estudos relacionado às práticas colaborativas no âmbito trabalhista, informou que a Marisa Santos está em contato com Ana Maria e Mônica Brandão, profissionais dessa área, para iniciar um grupo.

Passada a palavra à Marisa, ela confirmou que está realizando os primeiros contatos e comentou que é realmente uma questão nova na área trabalhista, mas que teve muito impacto com a reforma da CLT, em razão da visão sistêmica e humanizada das relações do trabalho.

Colocou que Vanda Ramos, juíza trabalhista, também vem aplicando a visão sistêmica com maestria.

Passada a palavra para a Juliana Polloni, ela destacou que os sistemas estão muito interligados, e têm mesmo que andar de mãos dadas. Se



dispôs a contribuir no que puder na Comissão e reforçou que acredita cada vez mais no papel do mediador nas práticas.

Aproveitando essa fala, a Presidente convidou Juliana para participar do evento em conjunto com a Felicia e o Spencer como debatedora, sobre ambiente digital. Além disso, divulgou a intenção da Comissão em realizar um evento sobre comunicação não violenta com ela.

Mônica apresentou o evento “Rodas de Mediação e Colaboração”, que será lançado no dia 18/08, às 17h, esclarecendo que foi uma iniciativa da Comissão da Advocacia na Mediação, presidida por Ana Isoldi - membro da nossa Comissão, que nos convidou para fazer parte.

Esclareceu também que a primeira edição desse evento foi lançada pela Comissão de Direito Digital da OAB/SP e pedimos autorização para replicar o modelo com os métodos autocompositivos de solução de conflitos.

Explicou que o evento será como se fosse um programa roda viva, onde vai ter um entrevistado convidado, e outros convidados para fazerem perguntas.

Divulgou também que teremos a participação da Comissão de Jovem Advocacia, na pessoa da Presidente Nicole Capovilla, vamos trazer outras comissões para conhecer o método e fazer integração.

Célia, que participará do evento como um dos perguntadores, comentou que tem várias questões legais para serem feitas, sobre herança digital, questões no ambiente virtual e que se alguém tiver dúvidas e perguntas e quiser compartilhar para serem feitas no evento, é só enviar no grupo, já que a nossa Comissão é, por essência, colaborativa.

De volta a palavra à Presidente, ela falou sobre o evento que vamos realizar com a Comissão de Direito de Família com Vanessa Aufiero, juíza de São Vicente e falou da importância de trazer juízes e promotores para se inteirarem sobre o que são as Práticas Colaborativas.

No mais, a Presidente comentou acerca da nota técnica de honorários advocatícios, que estamos preparando em conjunto com a Comissão da Advocacia na Mediação e na Conciliação, e tem o objetivo de explicar como praticamos os honorários nas Práticas Colaborativas. Por isso, precisamos entender como vamos nos posicionar, uma vez que o profissional colaborativo



pode trabalhar várias formas diferentes, e que diferem da atuação do profissional tradicional e do advogado como mediador.

Dada a palavra ao José Mangini, ele informou que esta nota técnica está em construção, e o grupo de trabalho está aberto o debate. Destacou ser muito interessante e importante a colaboração de todos, para fecharmos o conteúdo e apresentarmos ao conselho para inserir isso na tabela de honorários.

Reforçou que precisamos da maior colaboração possível, porque é uma coisa que vai atingir a todos os advogados.

Sobre a nota técnica, Fabrício mencionou que contribuiu com o que tinha, mas quer contribuir com mais algumas outras questões.

Retomada a palavra pela Presidente, Mônica adentrou ao tema da cartilha, que já existe na OAB do RJ, de MG, RS (em Porto Alegre) e a da Bahia está em andamento.

Dada a palavra à Maria, ela contou um pouco sobre a construção da cartilha, elaboração e revisão, bem como que utilizaram como base de estudos a cartilha da OAB do Rio de Janeiro.

Relatou que a apresentação é feita por tópicos, com linguagem não técnica para atingir a todos os profissionais e não apenas advogados, bem como os possíveis clientes.

Monique, que participa da elaboração do documento, informou que o objetivo maior é apresentar as Práticas Colaborativas aos operadores do direito que não conhecem e poderemos fortalecer o movimento.

Nesse sentido, Livia Caetano, Presidente da Comissão de Práticas Colaborativas da OAB/RJ, deu algumas informações sobre diagramação e fotos de apresentação utilizadas na cartilha lá produzida.

De volta a palavra para a Presidente, Mônica ressaltou “de grão em grão, vamos crescendo”.

Dada a palavra para Cassio Bernardes, ele comentou sobre o evento que seria realizado em agosto, na OAB/RS, com a Felícia e a Olívia, em mencionou o grupo de trabalho de família e sucessões, bem como o grupo de



estudos, que tem o objetivo de verticalizar os estudos do método e o grupo de Práticas Colaborativas que existe dentro do IBDFAM.

Silvana perguntou sobre a elaboração de artigos e a Presidente reiterou a importância do material para publicação na OAB, não apenas cópia do que já foi feito, mas novas produções pelos membros.

Sobre isso, José Mangini relatou que existem 13 grupos de estudos na Comissão de Advocacia na Mediação e Conciliação, cada uma com 5 a 8 membros, e que a Comissão, por esses grupos pretendia realizar uma coletânea, isto é, um levantamento de bibliografia temática em cada um dos grupos.

A Presidente retomou a palavra e reiterou que o canal está aberto, de forma que todos podiam começar a trabalhar sem esperar as reuniões acontecerem ou a criações dos grupos de estudos iniciar.

Por fim, a Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença a todos, e destacando que algumas informações serão disponibilizadas no grupo e que gostaria que todos dessem sugestões.

Observação: Caso tenham prints ou fotos da reunião, favor nos enviar via e-mail/whatsapp.